

Circ.: EE 05015100823/SG/2017

São Paulo, 20 de Outubro de 2.017.

RESOLUÇÕES

A Direção Executiva da CUT, reunida em São Paulo no dia 18 de outubro, avaliou o atual cenário econômico e político do País.

A economia brasileira encontra-se numa situação de estagnação, após longo declínio iniciado em fins de 2014. Os indicadores de melhora alardeados pelo governo ilegítimo como sinais de retomada do crescimento refletem a baixa base de comparação estatística (um quadro recessivo que superestima qualquer variação positiva). São indicadores pontuais que não se sustentam no tempo. Estamos longe de um processo de desenvolvimento sustentado em investimento e crescimento da renda.

O governo associa essa falsa recuperação econômica ao sucesso das reformas que está promovendo, tentando convencer a população de que mais reformas devem ser feitas. No entanto, o quadro conjuntural é ruim, sem perspectivas de melhora, a renda não cresce e as reformas apontam um cenário ainda pior. A EC 95 (Teto dos gastos) reduz drasticamente o investimento do Estado, destruindo políticas públicas essenciais. A antirreforma trabalhista terá efeitos ruins na economia, com redução ainda maior do consumo. Com a previsão da antirreforma da previdência, tributária e outras que fazem parte a agenda neoliberal nefasta dos golpistas, o quadro ficará ainda pior.

Embora seja reprovado por 97% da população brasileira, o governo golpista continua usando recursos espúrios para obter o apoio do Congresso para se livrar da justiça e para aprovar medidas regressivas, contrárias aos interesses do povo brasileiro e da soberania nacional. Privatizações, mudança nas regras de exploração do pré-sal, fim do conteúdo local e a ampliação de isenções fiscais para empresas estrangeiras no setor de petróleo fazem parte do elenco de medidas que são aprovadas pela maioria subserviente do Congresso e que vão provocar a destruição de setores significativos da indústria nacional, ao mesmo tempo em que promovem a entrega de recursos naturais estratégicos à rapina das multinacionais.

Nunca a política do "toma lá, dá cá" e a truculência foram tão escancaradas como nas manobras usadas para impedir a continuidade da denúncia, fartamente comprovada em fatos, contra o presidente ilegítimo e dois de seus ministros por crime de obstrução de justiça e organização criminosa. Os mesmos parlamentares que votaram pelo impeachment da presidenta Dilma, sem que ela houvesse cometido crime, acobertam agora criminosos. Votos são comprados com a liberação de recursos para emendas parlamentares. Membros da CCJ foram substituídos para assegurar maioria favorável ao governo neste fórum.

Como moeda de troca ao apoio da bancada ruralista, o governo mudou as regras para a identificação do trabalho escravo, provocando e a crítica e a indignação no Brasil e no exterior. A OIT condenou a medida, afirmando que o Brasil “deixa de ser referência no combate à escravidão”. Os ruralistas já haviam sido agraciados com outras medidas, como o critério de marco temporal para demarcação de terras indígenas (passam a ter direito à demarcação de território apenas as populações indígenas que estavam na terra pleiteada pelo menos desde o dia da promulgação da Constituição de 1988).

Este quadro nos coloca o desafio de reverter as antirreformas já aprovadas, barrar aquelas que estão em pauta e, no médio prazo, derrotar as forças golpistas, reverter as medidas regressivas e contrárias aos interesses populares, reconstituindo, assim, as bases para fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento sustentável.

Levando em conta este cenário, a Direção Executiva aprovou as seguintes resoluções:

1 – Dar continuidade à luta contra a antirreforma trabalhista, desenvolvendo, de um lado, a campanha nacional pela coleta de assinaturas a favor do projeto de lei de iniciativa popular visando a anulação da antirreforma e, de outro, **promovendo, desde já, a resistência à sua implementação no local de trabalho**, fazendo deste objetivo o elo de articulação das campanhas salariais em curso no segundo semestre e **estabelecendo como marco desta resistência o dia 10 de novembro como dia nacional de paralisação: “Nenhum direito a menos!”**

2 – Ampliar a mobilização contra a aprovação da antirreforma da previdência, desenvolvendo ações na base eleitoral dos parlamentares em articulação com os movimentos populares, preparando os/as trabalhadores/as para a greve: “*Se botar para votar, o Brasil vai parar!*”

3 – Ampliar a mobilização contra as privatizações e contra a EC95 (Teto dos gastos), envolvendo neste processo os servidores públicos, os/as trabalhadores/as de empresas estatais, os demais segmentos da classe trabalhadora e a população.

4 – Aprofundar o debate interno sobre a organização sindical necessária, no campo e na cidade, no setor público e no setor privado, para a CUT enfrentar a conjuntura adversa dos próximos anos.

5 – Dar continuidade à denúncia da antirreforma trabalhista e da agenda neoliberal regressiva do governo golpista nos espaços internacionais, assim como continuar participando das articulações sindicais no plano internacional a favor da democracia e contra o neoliberalismo.

CALENDÁRIO DE LUTAS

Dia 25 de outubro – Ato em Brasília no dia da votação no plenário da Câmara dos Deputados da aprovação da continuidade da denúncia contra o presidente ilegítimo Michel Temer por obstrução da justiça e organização criminosa.

Até dia 27 de outubro: potencializar a coleta de assinaturas a favor do PLIP (projeto de lei de Iniciativa popular para anular a antirreforma trabalhista).

Dia 27 de outubro: Dia Nacional de Coleta de assinaturas a favor do PLIP.

Dia 08 de novembro: entrega e apuração das assinaturas colhidas a favor do PLIP.

Dia 10 de novembro: Dia Nacional de Paralisação contra as antirreformas do governo golpista.

16-18 de novembro – Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo – Montivideu.

DIREÇÃO EXECUTIVA

Sergio Nobre
Secretario Geral

Maria Ap. Faria
Secretaria Geral Adjunta